

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

TERCEIRO SETOR E A REGRA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO (Gustavo Justino de Oliveira e Mário Henrique de Barros Dorna)	647
GRATIFICAÇÃO CRIADA EM AUTARQUIA MUNICIPAL MEDIANTE RESOLUÇÃO INTERNA – Pretensão de incorporação desta gratificação por meio da instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) – Análise da constitucionalidade (Rafael de Almeida Ribeiro)	653
CONVÊNIO – Construção de açude público pelo Município – Não aprovação da prestação de contas do ajuste – Condenação solidária do Prefeito e da sociedade contratada para a execução das obras – Recurso de reconsideração – Acolhimento parcial – Comprovação de que a obra foi realizada em imóvel gravado com o instituto da servidão administrativa – Ausência de licença ambiental, consecução parcial do objeto convenial e outras irregularidades – Redução do valor da condenação em débito e da multa aplicada (TCU)	662
PREFEITO MUNICIPAL – Despesas irregulares – Pagamento de servidores “fantasmas” e “laranjas” pela Urbe – Não comprovação da efetiva prestação de serviços por eventuais substitutos, mesmo que de forma irregular – Remuneração paga a servidores em valores inferiores ao salário mínimo – Imputação em débito – Aplicação de multa ao Alcaide – Não caracterização, entretanto, de burla ao concurso público com finalidade eleitoreira (TCPE)	676